



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MERIDIANO

Conforme Lei Municipal nº 1.059, de 07 de outubro de 2014

Quarta-feira, 18 de março de 2026

Ano XII | Edição nº 2044

Página 12 de 12

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Atos Administrativos

CONVOCAÇÃO



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS
C.N.P.J. (MF) 15.317.270/0001-06
Rua Luiza Feltrin Guilhen, 1.716 – Fone: (17) 3475-1116 Fax (17) 3475 -1124
CEP.: 15.625-000 - Meridiano – Estado de São Paulo
Site: www.meridiano.sp.gov.br E-mail: previdencia@meridiano.sp.gov.br

CONVOCAÇÃO

REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MERIDIANO/SP – RPPS.

O Presidente e Gestor do Comitê de Investimento do RPPS, o Sr Augusto Caetano de Souza, comunica e convoca os membros do Comitê de Investimento, Diretoria Presidente e, Presidentes dos Conselhos Administrativo e Fiscal, assim como todos os interessados, que no dia **24 de Março de 2026**, (terça-feira) às 16:00, na sede do RPPS de Meridiano, acontecerá Reunião para Análise de Carteira e Cenário Econômico, Fluxo Financeiro, Proposição de Investimentos e/ou Desinvestimentos; Credenciamento de Gestora de Fundo. A reunião é pública, podendo qualquer interessado assistir.

Meridiano/SP, 18 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
AUGUSTO CAETANO DE SOUZA
Data: 18/03/2026 16:31:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Augusto Caetano de Souza
Presidente do Comitê de Investimentos
CP RPPS CGINV I - 673527333982712



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS
C.N.P.J. (MF) 15.317.270/0001-06
Rua Luíza Feltrin Guilhen, 1.716 – Fone: (17) 3475-1116 Fax (17) 3475-1124
CEP.: 15.625-000 - Meridiano – Estado de São Paulo
Site: www.meridiano.sp.gov.br E-mail: previdencia@meridiano.sp.gov.br

ATA DA 27ª (VIGÉSIMA SETIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE MERIDIANO/SP

Aos 24 dias do mês de março de 2026, às 16:00 hs, reuniram-se ordinariamente na sala do RPPS, anexa Prefeitura Municipal de Meridiano, situada na Rua Luíza Feltrin Guilhen, nº 1716, Centro, nesta cidade de Meridiano, em primeira chamada às 16:05, membros do Comitê de Investimentos: Presidente do Comitê de investimentos o Sr. Augusto Caetano de Souza, e os membros Fernando Augusto Suzuki, Caroline Aparecida Magre Bonifacio e Flavia Mariano Domingos, Diretora Presidente, de acordo com a lista de presença em anexo; Dando início aos trabalhos o Sr. Augusto Caetano de Souza, observou quórum presencial e procedeu à leitura da pauta conforme Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Município no dia 18/03/2026. A ordem do dia para operacionalização passou a ser objeto de análise pelos presentes: **1-Análise do cenário macroeconômico; 2-Avaliação dos investimentos; 3-Análise do fluxo de caixa; 4-proposição de investimentos/desinvestimentos; 5-Credenciamento de Gestora de Fundo 1-Análise do cenário macroeconômico:** O mês de fevereiro de 2026 manteve o ambiente favorável para as carteiras de nossos clientes, embora com uma intensidade menor do que a observada em janeiro. A renda fixa local continuou apresentando desempenho positivo, sustentada pela estabilidade das expectativas de juros e pela demanda consistente por ativos de menor risco. A renda variável doméstica também avançou, ainda beneficiada pelo fluxo estrangeiro para ativos locais, mas em ritmo mais moderado após o forte rali do início do ano. No cenário internacional, o desempenho seguiu heterogêneo. A valorização do real frente ao dólar voltou a limitar parte dos retornos quando convertidos para a moeda local, reduzindo o impacto positivo de alguns mercados globais que tiveram resultados favoráveis em suas moedas de origem. Com isso a classe contribuiu de forma mista aos investidores. Diante desse conjunto de fatores, fevereiro tende a apresentar resultados positivos, porém mais uniformes entre os clientes. Carteiras com maior exposição à renda variável local continuam se beneficiando do bom momento doméstico, enquanto aquelas com maior alocação internacional mostram resultado um pouco mais comedido. O início de 2026 segue construtivo para a maior parte das estratégias, reforçando a importância da diversificação e do monitoramento contínuo das condições de mercado. Começando pela economia brasileira, a ata da reunião de



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

C.N.P.J. (MF) 15.317.270/0001-06

Rua Luiza Feltrin Guilhen, 1.716 – Fone: (17) 3475-1116 Fax (17) 3475-1124

CEP.: 15.625-000 - Meridiano – Estado de São Paulo

Site: www.meridiano.sp.gov.br E-mail: previdencia@meridiano.sp.gov.br

janeiro do Copom detalhou o debate interno sobre o momento adequado para iniciar a flexibilização da política monetária, destacando que, embora o processo de desinflação tenha avançado e a atividade econômica mostre sinais de moderação compatíveis com cortes futuros, persistem incertezas relevantes como a resiliência do mercado de trabalho, a inflação de serviços e o comportamento das expectativas que exigem cautela antes de uma decisão. O documento reforça que o Comitê reconhece que as condições para reduzir a taxa básica estão se formando, mas ainda considera necessário acumular maior confiança na convergência da inflação à meta, especialmente em um ambiente externo volátil e sujeito a choques. A balança comercial registrou superávit de US\$ 4,3 bilhões em janeiro, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Esse resultado reflete exportações de aproximadamente US\$ 25,2 bilhões e importações em torno de US\$ 20,8 bilhões, mantendo o Brasil em trajetória positiva no comércio exterior no início de 2026. O IPCA subiu 0,33% em janeiro, ligeiramente acima da mediana das expectativas, que apontava para 0,32%. O resultado repetiu a variação observada em dezembro e manteve a inflação em trajetória de desinflação gradual, embora ainda sujeita a pressões específicas, especialmente em serviços e itens monitorados. No acumulado em 12 meses, o índice alcançou 4,44%, permanecendo abaixo do teto da meta. A composição do indicador mostrou desaceleração em alimentação e bebidas, enquanto saúde e cuidados pessoais aceleraram, e os preços monitorados avançaram 0,53%, elevando seu acumulado para 7,48%, o maior nível desde fevereiro de 2024. Apesar da leitura ligeiramente acima do esperado, o dado não altera de forma relevante a tendência de moderação inflacionária, mas reforça a necessidade de cautela na avaliação da velocidade de convergência da inflação para a meta. A atividade econômica desacelerou em dezembro, com o IBC-Br registrando queda de 0,2% na margem, desempenho melhor que o recuo de 0,4% esperado pelo mercado. O resultado, divulgado pelo Banco Central, reflete comportamentos distintos entre os setores: enquanto a agropecuária avançou 2,3% e a indústria cresceu 0,3%, o setor de serviços, de maior peso na economia recuou 0,3%, puxando o índice para baixo. Ainda assim, a queda menor que a projetada sugere uma perda de fôlego mais moderada no fim de 2025, em linha com a leitura de desaceleração gradual da atividade. O setor público registrou superávit em janeiro, impulsionado pelo forte crescimento da arrecadação federal, que alcançou R\$ 325,8 bilhões no mês, segundo dados da Receita Federal. Esse montante representa



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

C.N.P.J. (MF) 15.317.270/0001-06

Rua Luiza Feltrin Guilhen, 1.716 – Fone: (17) 3475-1116 Fax (17) 3475-1124

CEP.: 15.625-000 - Meridiano – Estado de São Paulo

Site: www.meridiano.sp.gov.br E-mail: previdencia@meridiano.sp.gov.br

o maior valor já registrado para um mês de janeiro desde o início da série histórica em 1995, refletindo tanto a expansão da atividade econômica quanto os efeitos de mudanças recentes na legislação tributária. A arrecadação avançou 3,56% em termos reais na comparação anual, com destaque para o aumento expressivo do IOF, do IRRF sobre rendimentos de capital e da tributação sobre apostas e jogos de azar, que passaram a ter peso mais relevante na composição das receitas. Finalizando as questões locais, o último boletim Focus com posição do dia 27 de fevereiro de 2026, trouxe a previsão do IPCA para 3,91% para o final de 2026, resultado inferior ao teto da meta estabelecida pelo Banco Central, e com valor abaixo da sondagem do mês anterior. O PIB trouxe um aumento na previsão de 1,82, acima do valor da última sondagem. Com relação a Selic o mercado prevê o número em 12,00% ao final de 2026. E por fim o câmbio as previsões do mercado apresentaram projeção inferior ao número divulgado no mês anterior de R\$5,42/USD 1. A atividade econômica global manteve expansão moderada em fevereiro, com sinais mistos entre as principais economias. Nos Estados Unidos, a leitura prévia do PMI composto recuou de 53,0 para 52,3 pontos, refletindo desaceleração tanto na indústria quanto no setor de serviços. Já na Área do Euro, o cenário foi mais favorável: o PMI composto subiu de 51,5 para 51,9 pontos, superando o consenso e indicando aceleração do crescimento, impulsionada pela melhora simultânea da atividade industrial e de serviços. O desempenho da região foi reforçado pelo avanço do índice alemão, que mostrou expansão na passagem de janeiro para fevereiro, sugerindo que os estímulos fiscais começam a surtir efeito no início do ano. Na França, por sua vez, o aumento do indicador apenas compensou a queda observada no mês anterior, resultando em um quadro mais estável do que expansivo. Esses resultados, em conjunto, apontam para um início de ano marcado por crescimento global moderado, porém com diferenças relevantes entre as principais economias. Agora falando dos EUA, a inflação ao consumidor nos EUA (CPI) ficou em linha com as expectativas em janeiro, com avanço de 0,2% no mês e alta de 2,4% em 12 meses, segundo o Bureau of Labor Statistics. Esse resultado mostra continuidade do processo de desinflação gradual, ainda que com pressões específicas em alguns componentes, como moradia, que subiu 0,2% e foi o principal responsável pela variação mensal. O índice de energia recuou 1,5% no mês, ajudando a conter a inflação cheia, enquanto o núcleo, ex-alimentos e energia, avançou 0,3%, mantendo a leitura anual em 2,5%. O conjunto dos dados reforça a leitura de que a inflação segue convergindo para a meta do



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

C.N.P.J. (MF) 15.317.270/0001-06

Rua Luiza Feltrin Guilhen, 1.716 – Fone: (17) 3475-1116 Fax (17) 3475-1124

CEP.: 15.625-000 - Meridiano – Estado de São Paulo

Site: www.meridiano.sp.gov.br E-mail: previdencia@meridiano.sp.gov.br

Federal Reserve, mas ainda com alguma rigidez em serviços, especialmente aqueles ligados ao mercado imobiliário. O resultado do PIB dos EUA mostrou que o consumo seguiu sólido, mesmo com a desaceleração registrada no último trimestre de 2025. O PIB norte-americano avançou 1,4% na margem em termos anualizados, desempenho inferior às expectativas do mercado, que apontavam para cerca de 2,8%–2,9%. A desaceleração refletiu principalmente quedas nos gastos do governo e nas exportações, além de uma moderação do consumo, embora este tenha permanecido como o principal motor da atividade. Segundo o Bureau of Economic Analysis, esses fatores foram parcialmente compensados por uma aceleração dos investimentos e por uma redução das importações, que contribuiu positivamente para o cálculo do PIB. Agora falando sobre a economia europeia, a desaceleração da inflação na Área do Euro em janeiro foi favorecida pela queda dos preços de energia, que recuaram de forma significativa e aliviaram a pressão sobre o índice cheio, permitindo que a taxa anual diminuísse para 1,7% após os 2,0% registrados em dezembro. Embora esse movimento tenha sido o principal responsável pela perda de ritmo da inflação, os serviços continuaram exercendo pressão, ainda que em menor intensidade, enquanto o núcleo também mostrou arrefecimento ao cair para 2,2%, reforçando a tendência de convergência gradual para a meta do Banco Central Europeu. O Banco Central Europeu (BCE) manteve a taxa de depósito em 2%, reforçando uma postura cautelosa diante das incertezas que ainda cercam o cenário econômico global. A decisão, unânime, marcou a quinta reunião consecutiva sem alterações nas taxas e foi acompanhada da avaliação de que a inflação deve estabilizar na meta de 2% no médio prazo, embora riscos persistam, especialmente ligados à incerteza comercial e às tensões geopolíticas. As demais taxas, a de refinanciamento em 2,15% e a de empréstimo em 2,40% também foram mantidas, com o BCE reiterando que seguirá uma abordagem dependente dos dados e decidida reunião a reunião, sem compromisso prévio com uma trajetória específica de juros. A publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025 consolidou um novo marco regulatório para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), alterando de forma profunda a lógica de alocação de recursos e reforçando a governança como elemento central do processo decisório. Para os RPPS que ainda não possuem certificação Pró-Gestão ou que se encontram no nível I, as restrições impostas pela norma continuam representando desafios relevantes, especialmente no que diz respeito à rentabilidade e à capacidade de diversificação das carteiras. A Resolução estabelece limites mais



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

C.N.P.J. (MF) 15.317.270/0001-06

Rua Luiza Feltrin Guilhen, 1.716 – Fone: (17) 3475-1116 Fax (17) 3475 -1124

CEP.: 15.625-000 - Meridiano – Estado de São Paulo

Site: www.meridiano.sp.gov.br E-mail: previdencia@meridiano.sp.gov.br

rígidos para a alocação de ativos, reduzindo o acesso a segmentos que historicamente contribuíam para melhorar o retorno ajustado ao risco. Com menos alternativas de diversificação, esses RPPS permanecem mais dependentes do comportamento da curva de juros. No cenário de fevereiro, marcado por juros ainda elevados e estáveis, a restrição regulatória não gera perdas imediatas, mas mantém o risco de comprometimento da rentabilidade caso não ocorra um fechamento consistente da curva, especialmente nos vértices médios e longos. Sem acesso a instrumentos mais sofisticados ou diversificados, as carteiras tendem a permanecer concentradas em renda fixa tradicional, com menor potencial de ganho real no longo prazo. Nesse contexto, o monitoramento ativo das flutuações da taxa de juros segue essencial. Mesmo com alternativas limitadas, a gestão pode buscar ganhos táticos por meio de fundos de índices de renda fixa compostos exclusivamente por títulos públicos federais, tais como: fundos IMA, que permitem exposição a diferentes vértices da curva; fundos IRF-M, sensíveis a movimentos de fechamento das taxas prefixadas; e fundos IDkA, que replicam curvas específicas de juros e podem ser utilizados para posicionamento tático, desde que respeitada a exigência de composição integral por títulos públicos federais. A utilização desses fundos permanece como uma das poucas estratégias disponíveis para mitigar o impacto das restrições regulatórias sobre a rentabilidade. Para os demais RPPS, fevereiro mantém a dinâmica observada no início de 2026: juros elevados, inflação em processo lento de convergência e um ambiente global ainda marcado por incertezas políticas e comerciais. Esse conjunto de fatores reforça a necessidade de uma postura prudente na alocação dos recursos, especialmente para aqueles classificados no Pró-Gestão Nível 2, que não possuem autorização normativa para investir no exterior. No segmento de renda fixa, para RPPS com certificação Pró-Gestão níveis 2, 3 e 4, as recomendações seguem alinhadas ao ambiente econômico atual. As NTN-Bs continuam oferecendo remuneração real elevada, ainda próxima de IPCA +7% a +8% aa, patamar superior ao teto da meta atuarial de IPCA +6%. Esse nível de taxa segue proporcionando ganhos expressivos com baixa volatilidade, sobretudo para investidores que adotam a estratégia de carregamento até o vencimento, beneficiando-se da marcação na curva, lembrando que agora é necessário observar as limitações impostas pela Resolução CMN 5.272/2025 para aquisição direta de títulos públicos. Para clientes com restrições operacionais, a recomendação permanece a exposição por meio de fundos vértices, que preservam a aderência à tese de investimento e oferecem liquidez e



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

C.N.P.J. (MF) 15.317.270/0001-06

Rua Luiza Feltrin Guilhen, 1.716 – Fone: (17) 3475-1116 Fax (17) 3475-1124

CEP.: 15.625-000 - Meridiano – Estado de São Paulo

Site: www.meridiano.sp.gov.br E-mail: previdencia@meridiano.sp.gov.br

diversificação. Na parcela pós-fixada, os fundos IMA-B continuam apresentando boas oportunidades. Esses veículos capturam de forma eficiente os retornos das NTN-Bs por meio de gestão ativa, ajustando a exposição conforme a dinâmica da curva de juros e mantendo perspectivas favoráveis para o restante de 2026. A combinação entre proteção contra a inflação e flexibilidade tática reforça o papel desses fundos na composição dos portfólios dos RPPS, especialmente em um ambiente de transição gradual da política monetária. O segmento de renda variável local continuou a apresentar um comportamento favorável em fevereiro, impulsionado pela combinação entre expectativas de início do ciclo de queda da Selic e pelo forte fluxo para ativos domésticos. Esse movimento levou o Ibovespa a renovar sucessivos recordes históricos, refletindo maior apetite ao risco e a percepção de que o prêmio oferecido pela renda fixa tende a diminuir ao longo do ano. Apesar desse avanço expressivo, o momento ainda exige cautela. Os resultados acumulados ao longo de 2025 e início de 2026 foram bastante positivos, e embora os níveis atuais estejam nas máximas históricas, ainda se observa alguma defasagem em relação aos preços praticados nos mercados dos pares emergentes. Essa defasagem, menor do que no início de 2025, continua abrindo espaço para oportunidades. A relação entre preço e lucro das empresas permanece em patamares historicamente baixos, indicando que parte relevante do prêmio de risco já está incorporada. Diante desse contexto, a recomendação segue sendo a de realizar alocações em renda variável de forma gradual e equilibrada, acompanhando a evolução das condições de mercado e a confirmação do ciclo de flexibilização monetária. Investidores que mantiveram disciplina ao longo de 2025 e início de 2026 observaram resultados consistentes, beneficiando-se tanto da recuperação dos ativos quanto da construção cuidadosa das posições. Com a perspectiva de queda dos juros, a renda variável tende a ganhar relevância novamente na composição dos portfólios, especialmente para estratégias de médio e longo prazo. No cenário internacional, os mercados seguem em movimento positivo, com diversas classes de ativos operando próximas ou acima de máximas históricas. Esse ambiente, porém, exige atenção redobrada, especialmente diante da crescente volatilidade política nos Estados Unidos, que adicionam incerteza ao fluxo de capitais. Ainda assim, o mercado norte-americano permanece como referência global, com elevada desconexão em relação ao ciclo econômico brasileiro. Para RPPS Nível 3 e 4 do Pró-Gestão, a exposição internacional continua sendo uma estratégia eficiente para diversificação e proteção das carteiras, mesmo



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

C.N.P.J. (MF) 15.317.270/0001-06

Rua Luiza Feltrin Guilhen, 1.716 – Fone: (17) 3475-1116 Fax (17) 3475-1124

CEP.: 15.625-000 - Meridiano – Estado de São Paulo

Site: www.meridiano.sp.gov.br E-mail: previdencia@meridiano.sp.gov.br

em um ambiente de valuations elevados, considerando uma gestão de longo prazo. Por fim, considerando que as projeções já apontam para o início do ciclo de queda da Selic, as aplicações em fundos atrelados ao CDI seguem como alternativa eficiente para composição de carteira. Embora suas rentabilidades tendam a diminuir à medida que a taxa básica recua, ainda devem permanecer em níveis suficientes para superar a meta atuarial ao longo de 2026, especialmente quando combinadas com estratégias de renda fixa indexada à inflação e com a retomada gradual da renda variável. 2) **Avaliação dos investimentos**, para avaliar sobre as aplicações financeiras do mês de fevereiro, o Presidente do Comitê de Investimentos, distribuiu aos membros participantes cópia da carteira de investimentos em **27/02/2026**, onde realizada a análise dos investimentos do RPPS. Neste sentido, o saldo de todos os ativos que compõe a referida Carteira foi de **R\$ 21.335.140,68**, com retorno mensal de **0,97%**, perfazendo o valor de **R\$ 205.719,12**, sobre a meta estabelecida de **1,09%**, o saldo aplicações foi da importância de **R\$ 486.886,96** e o saldo de resgate da carteira foi da importância de **R\$ 600.236,45**. Atualmente a Carteira de investimentos possui ativos diversificados, sendo que para o mês de fevereiro, os ativos de Renda Fixa correspondem a **91,64%** da carteira com saldo de **R\$ 19.551.620,02**, Renda Variável, corresponde a **8,36%** da carteira com saldo de **R\$ 1.783.520,66**. O retorno acumulado no ano até o mês de fevereiro, corresponde a **3,00%** sobre a meta estabelecida de **1,89%**. Ao analisar o enquadramento dos ativos da referida Carteira frente às normativas pertinentes e principalmente a Portaria MTP nº 1.467/2022 e suas alterações, além da Resolução CMN nº 5.272/2025, introduziu um novo marco regulatório para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), alterando de forma profunda a lógica de alocação de recursos e elevando a governança como elemento central do processo decisório. Para os RPPS que ainda não possuem certificação Pró-Gestão ou que se encontram no nível I, as restrições impostas pela norma representam desafios relevantes, especialmente no que diz respeito à rentabilidade e à capacidade de diversificação das carteiras, verificou-se que **NÃO** houveram desenquadramentos no tocante às referidas normativas e Política de Investimentos. Observou-se também ativos que obtiveram rentabilidade negativa entre os ativos de Renda Fixa, trata-se de **IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP (-17,17%) e LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1 (-0,49%)**. Os ativos de renda variável que rentabilizaram de forma negativa foram, **CAIXA ATENA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANT RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES (-1,69%) e BRAZILIAN**



GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES RESP LIMITADA FII - CARE11 (-4,29%). 4) **proposição de investimentos/desinvestimentos:** Após analisadas as Lâminas dos Fundos de investimentos disponíveis para aplicação, estes que previamente avaliados pela Consultoria em investimentos “Mais Valia”, ficou deliberado por **UNANIMIDADE**, a aplicação do valor de **R\$ 398.126,20**, disponível na conta corrente nº 000575.217.813-0 Ag. 0303, no fundo **CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA (CNPJ.: 10.740.670/0001-06).** 5) **Credenciamento de Gestora de Fundo:** Em seguida, passou para análise dos documentos das Instituições Financeiras. O representante responsável apresentou os resultados das análises realizadas nos documentos da instituição candidata ao credenciamento. Após uma revisão detalhada, realizada pela Mais Valia, em conjunto com o Comitê de Investimentos, concluiu por unanimidade, pela aprovação, porém ressalvado que as dificuldades e notícias que desabonam um relacionamento seguro com a Corretora Mérito, conforme diretrizes da Resolução 4.963/21 e da Portaria 1.467/22 mas entendemos que se trata de uma necessidade operacional e perenidade do Fundo diante da renúncia do administrador anterior e da recusa de outras instituições em assumir a administração do fundo quando convidadas.

Para pagamento da folha do próximo mês, bem como quaisquer despesas a ela relacionadas, já às despesas administrativas devem ser pagas com o saldo específico para essas despesas, os valores referentes aos repasses previdenciários e parcelamentos, devem ser aplicados após o Comitê de Investimentos identificar a melhor oportunidade de alocação desse recurso, ficando, desde já, autorizado a realização de baixas e/ou alocação no Fundo **BRADESCO PODER PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO (CNPJ.: 13.397.466/0001-14).**

Finalizado todos os conteúdos pautados e nada mais tendo a tratar, foi declarada encerrada a presente reunião às 16:40 hr, e eu Fernando Augusto Suzuki, na qualidade de membro do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, onde lida e achada exata, vai assinada pelos membros presentes.

Meridiano/SP, 24 de março de 2026.



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

C.N.P.J. (MF) 15.317.270/0001-06

Rua Luiza Feltrin Guilhen, 1.716 – Fone: (17) 3475-1116 Fax (17) 3475 -1124

CEP.: 15.625-000 - Meridiano – Estado de São Paulo

Site: www.meridiano.sp.gov.br E-mail: previdencia@meridiano.sp.gov.br

AUGUSTO CAETANO DE SOUZA:36065027880

Assinado de forma digital
por AUGUSTO CAETANO
DE SOUZA:36065027880

Augusto Caetano de Souza

RG:nº 40.XXX.XXX-9

Presidente do Comitê

FERNANDO AUGUSTO SUZUKI:36843340814

Assinado de forma digital
por FERNANDO AUGUSTO
SUZUKI:36843340814

Fernando Augusto Suzuki

RG:nº 30.XXX.XXX.-3

Membro do Comitê

CAROLINE APARECIDA MAGRE
BONIFACIO:38723749822

Assinado de forma digital por
CAROLINE APARECIDA MAGRE
BONIFACIO:38723749822
Dados: 2026.04.07 13:29:25 -03'00'

Caroline Aparecida Magre Bonifácio

RG. nº 43.XXX.XXX-1

Membro do Comitê

CREDENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, § 1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do §

2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entende-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.
Ciente.

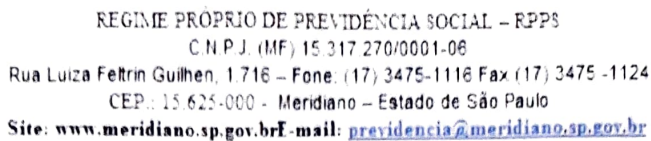
Assinatura do Dirigente da Unidade Gestora, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

Assinatura do Gestor de Recursos do RPPS, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

ALEXANDRE GUILGER
DESPONTIN:36836023841

Assinado de forma digital por ALEXANDRE
GUILGER DESPONTIN:36836023841
Dados: 2026.03.04 10:48:57 -03'00'

Assinatura de representante(s) legal(is) da Instituição interessada no credenciamento, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores



Nome/Cargo

Ficou - Presidente RPPS.

Carolina A.M. Bonfante - Membro Comitê.

Augusto Carlos de Saze - Presidente Comitê Incentivos

Fernando Augusto Luz - Membro Comitê de Incentivos

2026

Relatório Mensal

Fevereiro

Análise dos Investimentos

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467 de 2 de junho de 2022, Capítulo VI, Seção V, Artigo 136º e com o Manual do Pró-Gestão RPPS versão 3.6, item 3.2.6 Nível I, aprovado pela Portaria SRPC nº 446, de 21 de Fevereiro de 2025.

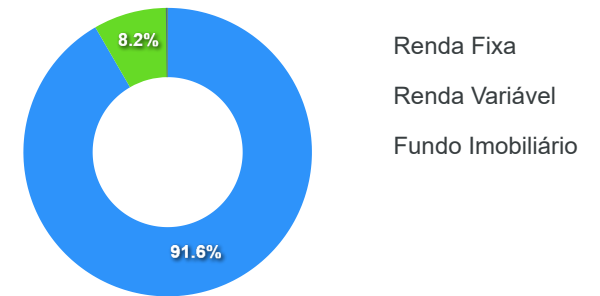
Investimentos	Disponibilidades Financeiras	Total Carteira	Governança (Pró Gestão)				
\$ 21.335.140,68	\$ 594.062,73	\$ 21.929.203,41	⚖️ Não possui				
Ativo		Saldo Atual	% Carteira	PL Fundo R\$	% PL	PL/RPPS	Lei
BB AUTOMÁTICO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CURTO PRAZO		21.108,72	0,10%	194.848.665.091,59	0,00	0,00%	7º I
BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI		1.777.023,11	8,33%	11.905.295.886,03	0,01	6,30%	7º I
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA		3.925.257,91	18,40%	1.157.377.318,80	0,34	100,00%	7º I
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2028 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA		2.120.379,03	9,94%	1.143.891.195,27	0,19	99,20%	7º I
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA		4.319.346,87	20,25%	6.357.522.023,10	0,07	47,50%	7º I
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA		866.662,73	4,06%	350.512.596,82	0,25%	100,00% 19 III § 2º	7º V
BRADESCO PODER PÚBLICO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO		521.234,67	2,44%	1.986.489.363,31	0,03%	3,50%	7º V
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI		3.609.635,58	16,92%	30.177.607.193,46	0,01%	43,90%	7º V
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP		2.318.904,02	10,87%	24.265.318.339,60	0,01%	70,50% 19 III § 2º	7º V
IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP	21 §2º I	4.469,70	0,02%	243.964,62	1,83%	73,80% 19 III § 2º	7º V
LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1	21 §2º I	67.597,68	0,32%	62.834.662,81	0,11%	-	7º IX
BRADESCO SELECTION RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES		467.607,88	2,19%	237.720.656,74	0,20%	93,60% 19 III § 2º	8º I
BRADESCO SEQUÓIA SELEÇÃO RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES		213.301,72	1,00%	65.267.620,28	0,33%	4,60%	8º I
CAIXA ATENA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANT RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES		765.538,21	3,59%	900.802.026,75	0,08%	99,80% 19 III § 2º	8º I
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES		294.192,85	1,38%	1.453.341.218,59	0,02%	99,70% 19 III § 2º	8º I
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES RESP LIMITADA FII - CARE11	21 §2º I	42.880,00	0,20%	192.992.899,68	0,02%	-	11º

Artigos	Limite (%)	Utilizado	Livre
7º I - Fundo/Classe 100% Título Públicos ou E...	100,00%	57,01%	12.163.115,64 42,99%
7º V - Fundo/Classe de Investimento em Renda ...	0,00%	34,31%	7.320.906,70 -34,31%
7º IX - Fundo/Classe FIDC Sub Classe Senior	0,00%	0,32%	67.597,68 -0,32%
8º I - Fundo/Classe de Investimento em Ações	0,00%	8,16%	1.740.640,66 -8,16%
11º - Fundo/Classe de Investimento Imobiliári...	0,00%	0,20%	42.880,00 -0,20%

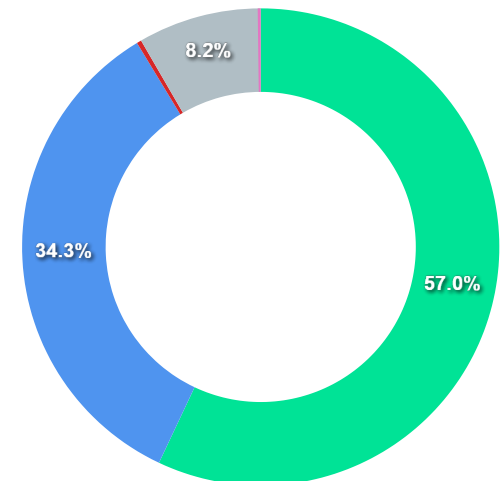
Governança (Pró Gestão)

[🔗](#) Não possui

Segmentos



Artigos

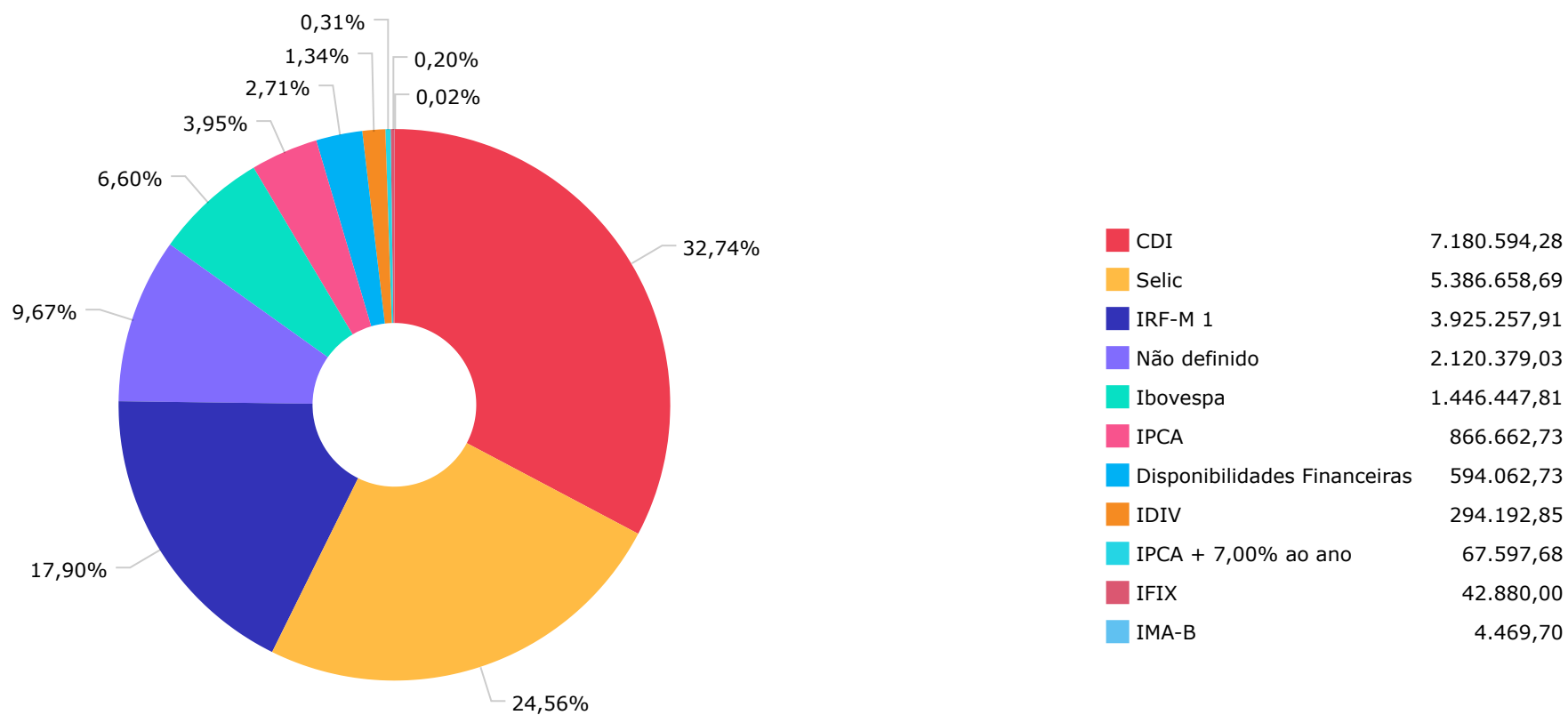


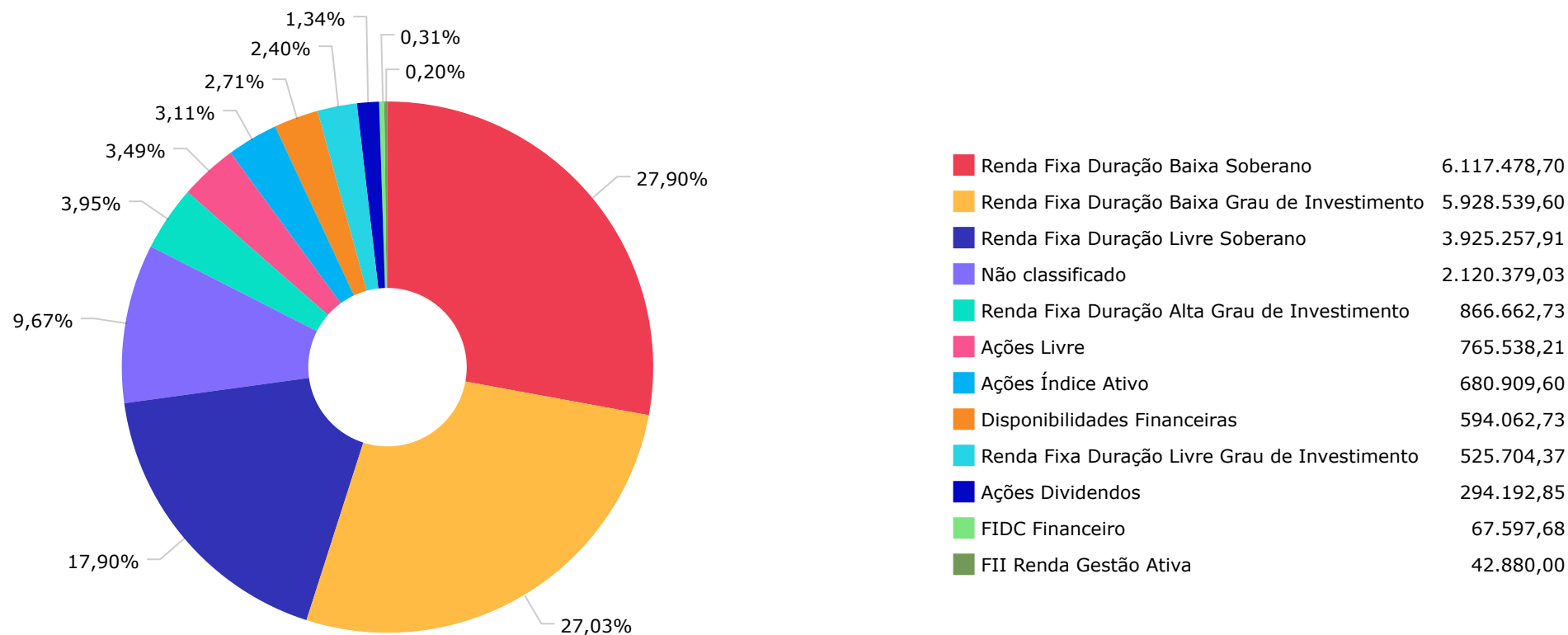
Artigos	Atual	Inferior	Alvo	Superior	GAP Superior
7º I - Fundo/Classe 100% Títul...	57,01%	0,00%	99,00%	100,00%	9.172.025,04
7º II - Títulos Públicos - Ofe...	0,00%	0,00%	1,00%	100,00%	21.335.140,68
7º V - Fundo/Classe de Investi...	34,31%	0,00%	0,00%	0,00%	-7.320.906,70
7º IX - Fundo/Classe FIDC Sub ...	0,32%	0,00%	0,00%	0,00%	-67.597,68

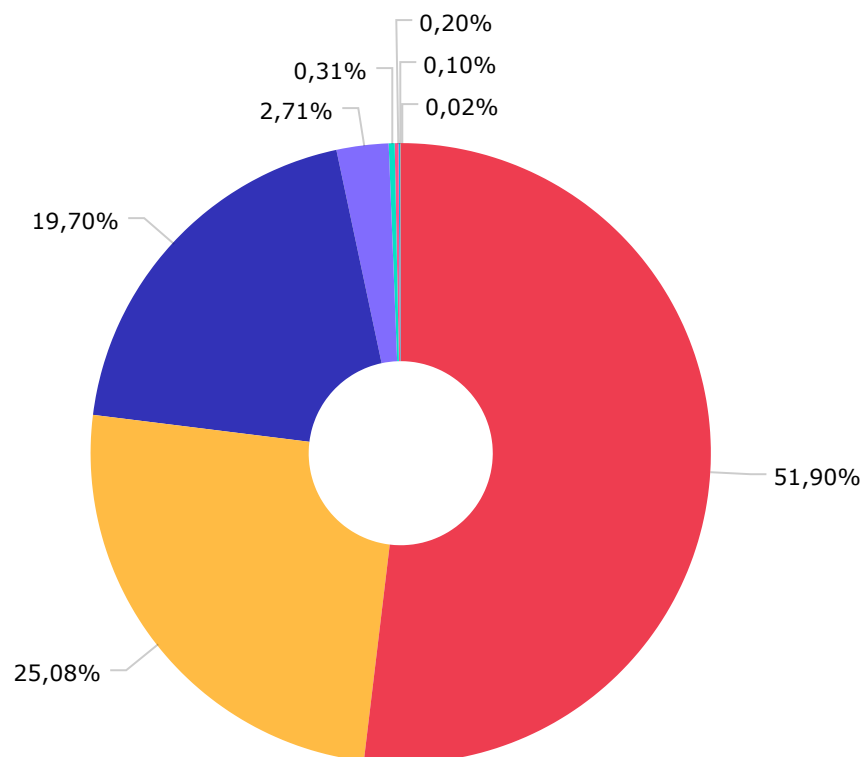
Artigos	Atual	Inferior	Alvo	Superior	GAP Superior
8º I - Fundo/Classe de Investi...	8,16%	0,00%	0,00%	0,00%	-1.740.640,66
11º - Fundo/Classe de Investim...	0,20%	0,00%	0,00%	0,00%	-42.880,00

	Mês	Ano	3M	6M	12M	24M	VaR - Mês	Volatilidade - Mês
NÃO DEFINIDO - BENCHMARK								
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2028 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	-1,90	-0,64	0,42	2,93	5,50		5,12	10,78
CDI - BENCHMARK								
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,00	2,17	3,42	7,13	14,50	27,24		
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,99	2,18	3,43	7,13	14,45	27,24	0,01	0,01
BRADESCO PODER PÚBLICO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	0,84	1,82	2,87	5,99	12,08	22,00	0,02	0,04
BB AUTOMÁTICO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	0,78	1,69	2,65	5,51	11,07	20,13	0,00	0,00
IBOVESPA - BENCHMARK								
CAIXA ATENA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANT RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	-1,69	12,79	12,07	28,63	53,28	41,75	9,18	19,32
BRADESCO SEQUÓIA SELEÇÃO RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	2,15	10,15	10,44	22,12	47,96	19,22	7,60	16,01
BRADESCO SELECTION RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	1,98	13,04	12,27	21,52	44,55	24,20	7,63	16,08
IDIV - BENCHMARK								
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	3,84	14,76	13,13	26,32	44,86	43,57	7,88	16,59
IMA-B - BENCHMARK								
IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP	-17,17	-31,17	-40,24	-57,77	-74,44	-84,69	7,36	15,49
IPCA - BENCHMARK								
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	0,70	1,03	1,37	2,13	3,81	9,06		
	1,12	2,57	3,21	7,04	14,91	19,38	0,61	1,29
IPCA + 7,00% AO ANO - BENCHMARK								
LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1	-0,49	-0,97	-2,22	-4,37	-1,82	-11,83		
IRF-M 1 - BENCHMARK								
	1,02	2,24	3,42	7,15	14,69	26,40		

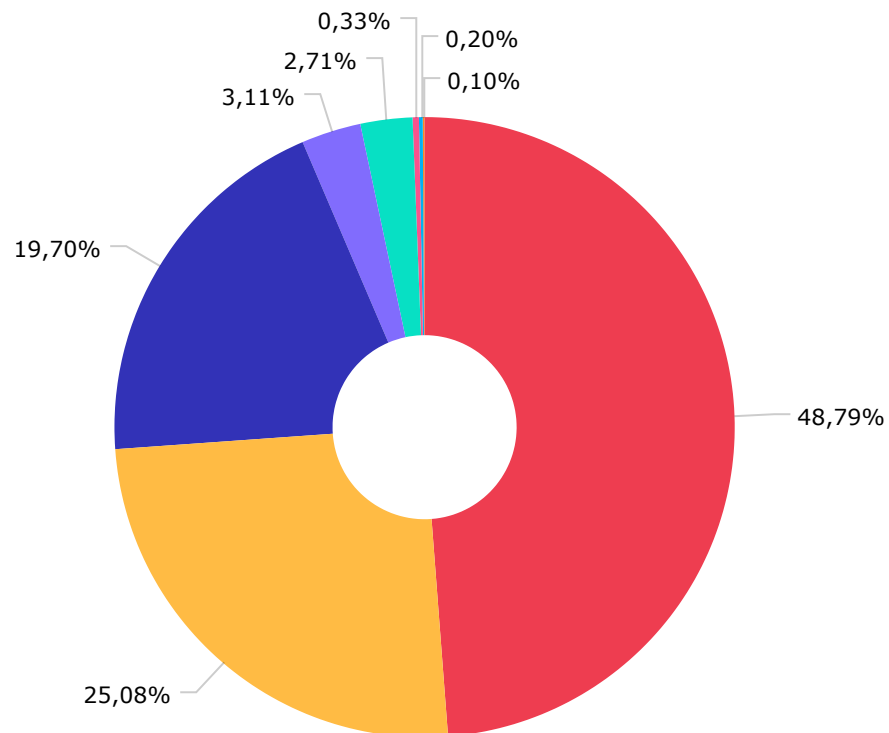
	Mês	Ano	3M	6M	12M	24M	VaR - Mês	Volatilidade - Mês
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,01	2,21	3,37	7,03	14,43	25,84	0,07	0,14
SELIC - BENCHMARK	1,00	2,17	3,42	7,13	14,50	27,24		
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,00	2,19	3,43	7,14	14,60	27,89	0,01	0,02
BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,98	2,13	3,35	6,96	14,13	26,53	0,01	0,01
IFIX - BENCHMARK	1,32	3,62	6,87	12,53	25,32	16,43		
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES RESP LIMITADA FII - CARE11	378,57	396,30	430,69	415,38	297,04	189,73	24,85	52,33







BANCO BRADESCO S.A.	11.380.723,60
CAIXA DTVM	5.499.014,11
CONFEDERACAO DAS COOPERATIVAS ...	4.319.346,87
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	594.062,73
GRAPHEN INVESTIMENTOS LTDA.	67.597,68
ZION GESTÃO DE RECURSOS LTDA	42.880,00
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A...	21.108,72
VCM GESTÃO DE CAPITAL LTDA	4.469,70



BANCO BRADESCO S.A.	10.699.814,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	5.499.014,11
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.	4.319.346,87
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES	680.909,60
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	594.062,73
RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES	72.067,38
MERITO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES	42.880,00
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	21.108,72

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno \$	Retorno Acumulado \$	Retorno %	Retorno Acumulado %	Meta %	Meta Acumulado %	Meta x Retorno Acumulado %	Risco - VaR
Janeiro	20.826.792,30	493.255,78	496.061,32	21.242.771,05	418.784,29	418.784,29	2,01% ▲	2,01%	0,79%	0,79%	254,43%	0,93%
Fevereiro	21.242.771,05	486.886,96	600.236,45	21.335.140,68	205.719,12	624.503,41	0,97% ▲	3,00%	1,09%	1,89%	158,73%	1,29%

Gráfico Retorno e Meta Acumulado

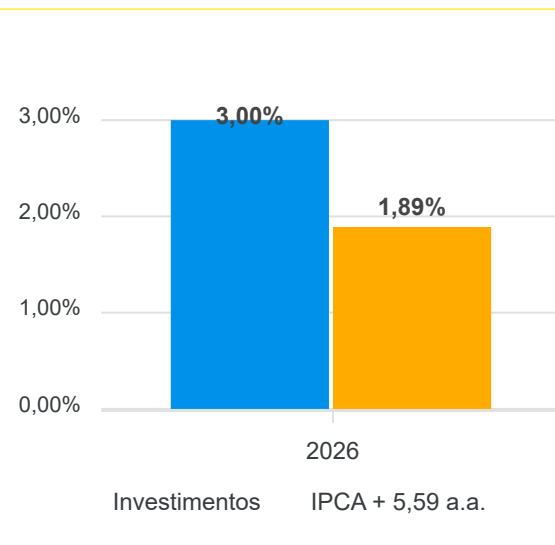


Gráfico Risco x Retorno

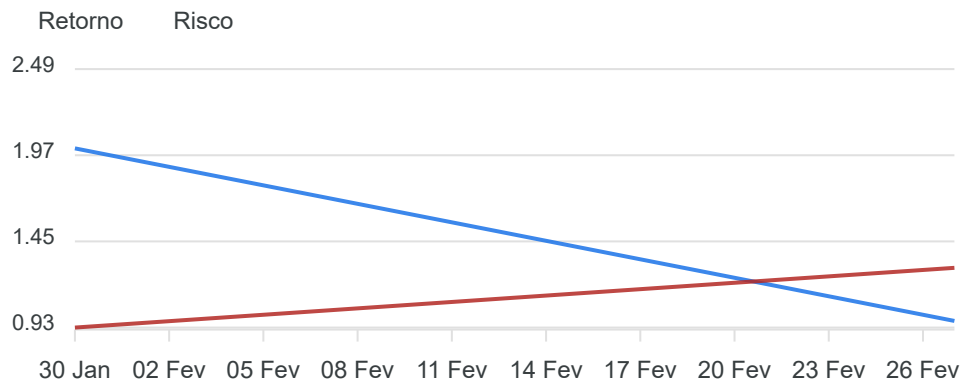
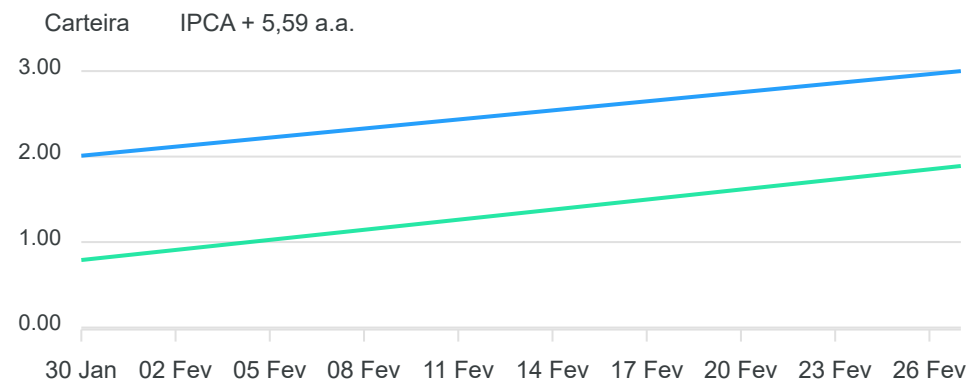
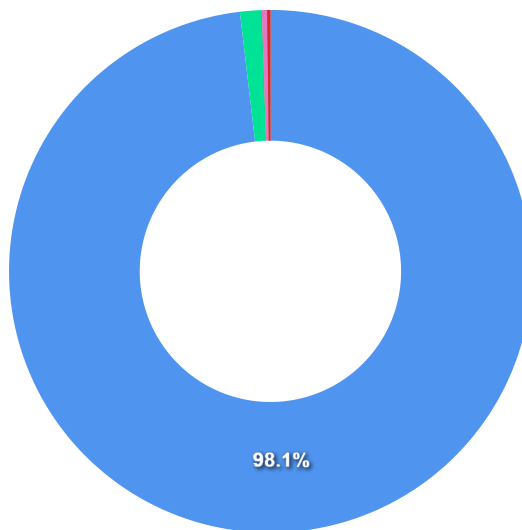


Gráfico comparativo Retorno x Meta Rentabilidade



Liquidez - 27/02/2026

Disponibilidade	Valor	%
Até D+30	21.520.063,18	98,13
Até D+180	294.192,85	1,34
Até D+360	0,00	0,00
Até D+720	0,00	0,00
Até D+1800	72.067,38	0,33
Até D+3600	0,00	0,00
Acima D+3600	0,00	0,00
Indeterminado	42.880,00	0,20



RENTA FIJA	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno \$	Retorno %	Risco - VaR
BB AUTOMÁTICO RESP LIMITADA FIF CIC RENTA FIJA CURTO PRAZO	17.517,50	3.435,82	0,00	21.108,72	155,40	0,74% ▲	0,00%
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENTA FIJA	857.079,09	0,00	0,00	866.662,73	9.583,64	1,12% ▲	0,61%
BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENTA FIJA REFERENCIADO DI	1.759.819,43	0,00	0,00	1.777.023,11	17.203,68	0,98% ▲	0,01%
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENTA FIJA	3.886.174,08	0,00	0,00	3.925.257,91	39.083,83	1,01% ▲	0,07%
BRADESCO PODER PÚBLICO RESP LIMITADA FIF CIC RENTA FIJA CRÉDITO PRIVADO	566.711,21	483.451,14	535.560,58	521.234,67	6.632,90	0,63% ▲	0,02%
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENTA FIJA REFERENCIADO DI	3.573.901,47	0,00	0,00	3.609.635,58	35.734,11	1,00% ▲	0,01%
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2028 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENTA FIJA	2.161.343,00	0,00	64.675,87	2.120.379,03	23.711,90	1,10% ▲	5,12%
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENTA FIJA REFERENCIADO DI LP	2.295.835,66	0,00	0,00	2.318.904,02	23.068,36	1,00% ▲	0,02%
IMA-B 1000 FIC RENTA FIJA LP	5.396,19	0,00	0,00	4.469,70	-926,49	-17,17% ▼	7,36%
LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1	67.930,07	0,00	0,00	67.597,68	-332,39	-0,49% ▼	-
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENTA FIJA	4.276.872,50	0,00	0,00	4.319.346,87	42.474,37	0,99% ▲	0,01%
	19.468.580,20	486.886,96	600.236,45	19.551.620,02	196.389,31	1,01%	0,61%

RENTA VARIÁVEL	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno \$	Retorno %	Risco - VaR
BRADERCO SELECTION RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	458.535,39	0,00	0,00	467.607,88	9.072,49	1,98% ▲	7,63%
BRADERCO SEQUÓIA SELEÇÃO RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	208.821,97	0,00	0,00	213.301,72	4.479,75	2,15% ▲	7,60%
CAIXA ATENA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANT RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	778.731,05	0,00	0,00	765.538,21	-13.192,84	-1,69% ▼	9,18%
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	283.302,44	0,00	0,00	294.192,85	10.890,41	3,84% ▲	7,88%
-	1.729.390,85	0,00	0,00	1.740.640,66	11.249,81	0,65%	8,35%

FUNDOS IMOBILIÁRIOS	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno \$	Retorno %	Risco - VaR
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES RESP LIMITADA FII - CARE11	44.800,00	0,00	0,00	42.880,00	-1.920,00	-4,29% ▼	24,85%
-	44.800,00	0,00	0,00	42.880,00	-1.920,00	-4,29%	24,85%

Cenário Econômico

O mês de fevereiro de 2026 manteve o ambiente favorável para as carteiras dos investidores de uma maneira geral, embora com uma intensidade menor do que a observada em janeiro. A renda fixa local continuou apresentando desempenho positivo, sustentada pela estabilidade das expectativas de juros e pela demanda consistente por ativos de menor risco. A renda variável doméstica também avançou, ainda beneficiada pelo fluxo estrangeiro para ativos locais, mas em ritmo mais moderado após o forte rali do início do ano. No cenário internacional, o desempenho seguiu heterogêneo. A valorização do real frente ao dólar voltou a limitar parte dos retornos quando convertidos para a moeda local, reduzindo o impacto positivo de alguns mercados globais que tiveram resultados favoráveis em suas moedas de origem. Com isso a classe contribuiu de forma mista aos investidores. Diante desse conjunto de fatores, fevereiro tende a apresentar resultados positivos, porém mais uniformes entre os investidores. Carteiras com maior exposição à renda variável local continuam se beneficiando do bom momento doméstico, enquanto aquelas com maior alocação internacional mostram resultado um pouco mais comedido. O início de 2026 segue construtivo para a maior parte das estratégias, reforçando a importância da diversificação e do monitoramento contínuo das condições de mercado.

Análise da Carteira de Investimentos

Carteira de Investimentos

No final do período, a carteira apresentou números de fechamento que evidenciam que suas posições estão em conformidade com os limites definidos nos artigos da Resolução 5.272/2025.

Enquadramento na Resolução e Política de Investimentos

A situação da carteira ao término do período, apesar de alguns objetivos não terem sido alcançados (estratégias alvo), fica demonstrado o cumprimento da legislação em vigor, bem como da própria Política de Investimentos definida para o ano. Eventuais diferenças verificadas entre os percentuais da carteira em relação à Política de Investimentos demonstraram apenas que os objetivos pretendidos para o ano de 2026 ainda não foram integralmente atingidos diante das oportunidades que o mercado ofereceu como boas alternativas.

Rentabilidade e Risco por ativo

As séries históricas da rentabilidade e risco por ativo da carteira em relação aos respectivos benchmarks, demonstraram de forma consolidada e no período, resultados adequados e compatíveis com suas propostas.

Distribuição por Benchmarks

A carteira mantém a totalidade dos recursos aplicados em ativos financeiros indexados, e/ou que buscam replicar indexadores adequados, e em conformidade com os objetivos da política de investimentos, e de rentabilidade e liquidez pretendidos.

Distribuição por Classificação ANBIMA

Os fundos de investimentos presentes na carteira seguem as características de estratégias e fatores de riscos definidas pela ANBIMA. Esse agrupamento facilita a comparação de performance entre os diferentes fundos, assim como auxilia o processo de decisão de investimento.

Distribuição por Gestoras e Administradoras

As gestoras e administradoras dos fundos de investimentos presentes na carteira são instituições regulares junto aos órgãos de controle e fiscalização, estão presentes na lista exaustiva de instituições com as quais os RPPS podem manter investimentos, assim como apresentam histórico de regularidade no ambiente de gestão e administração de investimentos.

Retorno da Carteira de Investimentos

Como já dissemos acima na descrição do Cenário, o mês de fevereiro foi favorável para a carteira, embora com intensidade menor do que a observada em janeiro. A renda fixa local continuou apresentando desempenho positivo, sustentada pela estabilidade das expectativas de juros e pela demanda consistente por ativos de menor risco. A renda variável doméstica também avançou, ainda beneficiada pelo fluxo estrangeiro para ativos locais, mas em ritmo mais moderado após o forte rali do início do ano. No cenário internacional, o desempenho seguiu heterogêneo. A valorização do real frente ao dólar voltou a limitar parte dos retornos quando convertidos para a moeda local.

Retorno dos Fundos de Investimentos

Os fundos de investimento presentes na carteira são regulados, e estão em conformidade com a legislação normativa dos investimentos dos RPPS. Além de estarem adequados à execução da Política de Investimentos aprovada para o ano de 2026, também atendem os objetivos de rentabilidade e liquidez pretendidos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2026.



Mais Valia Consultoria Ltda EPP

